

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 52.283 - PB (2016/0273494-2)

RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
RECORRENTE : EDNA REGINA SILVA CAVALCANTE
ADVOGADOS : RINALDO MOUZALAS DE SOUZA E SILVA E OUTRO(S) - PB011589
ELLEN IMPERIANO DE AMORIM
RECORRIDO : UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de Recurso Ordinário em Mandado de Segurança, interposto por EDNA REGINA SILVA CAVALCANTE, com fundamento no art. 105, II, **b**, da Constituição Federal, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, que denegou a segurança postulada pela parte ora recorrente, nos termos da seguinte ementa:

"CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. REMOÇÃO PARA ACOMPANHAR CÔNJUGE. DESFAZIMENTO DA LOTAÇÃO DEFERIDA EM CARÁTER PRECÁRIO. SEGURANÇA DENEGADA" (fl. 111e).

Nas razões do Recurso Ordinário, a parte ora recorrente sustenta, em síntese, o equívoco do acórdão regional e, conseqüentemente, a ilegalidade do ato apontado como coator, na medida em que "em razão da nomeação da parte Impetrante, o seu cônjuge foi removido, a pedido, para a cidade de Sousa, sendo lotado para a Colônia Penal Agrícola do Sertão. Entretanto, em 20 maio de 2015, o cônjuge da parte Impetrante foi removido ex officio, por interesse da Administração, para o Município de João Pessoa, nos termos da Portaria nº 317/GS/SEAP/15" (fl. 119e), razão pela qual, preenche todos os requisitos exigidos para o deferimento de sua remoção para acompanhar cônjuge, com amparo nos arts. 226 e 227 da Constituição Federal e art. 36, parágrafo único, III, 'a', da Lei 8.112/90.

Aduz, nesse sentido que:

"A parte Impetrante prestou concurso público para o provimento do cargo de Analista Judiciário do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, classificada para a Seção Judiciária da Paraíba, tendo iniciado seu exercício em 12 dez. 2013. Hoje, encontra-se lotada na 8ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Sousa.

Outrossim, a parte Impetrante é casada, desde out. 2012, com Tiago Tadeu Bandeira Seixas, servidor público estadual (agente de segurança penitenciário), lotado, inicialmente, na Penitenciária Desembargador Flósculo da Nóbrega, na cidade de João Pessoa,

Superior Tribunal de Justiça

nesta capital, conforme Portaria 528/GS/SECAP/09.

Acontece que, em razão da nomeação da parte Impetrante, o seu cônjuge foi removido, a pedido, para a cidade de Sousa, sendo lotado para a Colônia Penal Agrícola do Sertão. Entretanto, em 20 maio 2015, o cônjuge da parte Impetrante foi removido ex officio, por interesse da Administração, para o Município de João Pessoa, nos termos da Portaria nº 317/GS/SEAP/15.

Em razão do ato estadual descrito, a parte Impetrante requereu, administrativamente (PA 1659/2015), sua remoção para alguma das varas federais da Seção Judiciária de João Pessoa para acompanhar seu cônjuge, com amparo nos arts. 226 e 227 da Constituição Federal e art. 36, parágrafo único, inciso III, alínea "a" da Lei nº 8.112/90.

Após criteriosa análise do pedido administrativamente formulado pela parte Impetrante, a Subsecretaria de Pessoal opinou pelo deferimento do pleito, a considerar o atendimento a todos os requisitos necessários à concessão do benefício de remoção para acompanhamento de cônjuge também servidor público.

Ocorre que, muito embora a parte Impetrante preencha todos os requisitos exigidos, conforme bem observado pelo Supervisor da Seção de Movimentação, Provimento e Vacância, o Desembargador Relator votou pelo indeferimento da remoção, sob argumento de que a remoção do cônjuge para o município de Sousa foi provocada pelos próprios interessados.

(...)

O cerne da questão cinge-se a analisar o direito à remoção da parte Recorrente (servidora pública) para uma das varas federais da seção judiciária de João Pessoa/PB, após a remoção, por interesse da Administração Pública, de seu cônjuge (servidor público).

A decisão combatida, considerando que o cônjuge da parte Recorrente estava, provisoriamente, lotado na cidade de Sousa/PB apenas "porque se fez prevalecer o seu interesse de acompanhar a Recorrente", denegou a segurança perseguida.

Desde já, cumpre destacar que a aludida decisão contraria a previsão normativa contida na Lei nº 8.112/90, no que cinge à remoção para acompanhamento de cônjuge, também servidor público civil ou militar, de qualquer dos poderes.

(...)

Da simples leitura do dispositivo supra, verifica-se que a concessão de remoção para acompanhar cônjuge ou companheiro exige a configuração de 02 (dois) requisitos, quais sejam: (a) que o cônjuge seja servidor público; e (b) que o cônjuge a quem se pretende

acompanhar com a mudança de sede, tenha sido deslocado no interesse da Administração, ambos existentes na hipótese dos autos.

Ora, é exatamente este o caso dos autos, haja vista ser a parte Recorrente servidora pública, casada com, também, servidor público estadual, que foi removido ex officio, no interesse da Administração Pública, da cidade onde residiam (Sousa/PB), estando, atualmente, prestando serviços na capital do estado da Paraíba.

(...)

Resta, pois, clara a necessidade de reforma da decisão recorrida, tendo em vista os fundamentos fáticos abaixo elencados e conclusões legalmente asseguradas que seguem:

- i) A remoção do Sr. Tiago Tadeu Bandeira Seixas, ocorrida mediante o Ato nº 612, de 26 nov. 2013, foi realizada a pedido e motivada pela lotação da ora Recorrente, cônjuge do servidor público estadual, na 8ª Vara Federal/ Subseção Judiciária de Sousa/PB;
- ii) A remoção do Sr. Tiago Tadeu Bandeira Seixas, ocorrida conforme Portaria nº 317/GS/SEAP/15, de 20 maio 2015, ocorreu por interesse exclusivo da Administração Pública, motivada pelos conhecimentos técnicos avançados deste em armamento e tiro, sendo, para a Administração, indispensável sua lotação no Município de João Pessoa/PB, para oferecer treinamento e capacitação para outros Agentes de Segurança Penitenciária, bem como para ser o responsável pelo Setor de Armamento e Tiro da Secretaria de Estado da Administração Penitenciária do Estado da Paraíba.

De logo, se percebe que, diversamente do estabelecido na decisão recorrida, a remoção do cônjuge da Recorrente para a cidade de João Pessoa/PB decorreu de clara situação superveniente concreta sentida pela própria Administração Pública, no interesse desta, qual seja, a necessidade de aplicação de seus conhecimentos avançados e da sua experiência junto às atividades da Secretaria de Estado da Administração Penitenciária.

No presente caso, o ato administrativo referente à remoção do cônjuge da Recorrente para a cidade de João Pessoa/PB encontra-se, pois, devidamente motivado e dentro dos limites de discricionariedade da própria Administração Pública, praticado unicamente na salvaguarda de seus interesses.

Ademais, o fato de a remoção do cônjuge da Recorrente para a cidade de Sousa/PB ter se dado, em 2013, a pedido deste, em exercício de direito subjetivo legalmente assegurado (somente realizada após prévia análise da Administração Pública acerca do atendimento conjunto ao interesse público), não possui o condão de

Superior Tribunal de Justiça

desnaturar o caráter de interesse público da remoção ex officio posteriormente praticada pela Administração Pública.

Ressalte-se, ainda, pelo acervo probatório colacionado aos autos vertentes, facilmente se constata que o interesse público que exigiu o desempenho das atividades do cônjuge da Recorrente na cidade de João Pessoa/PB não se operou com o objetivo de desconstituir uma situação precária anteriormente formada por liberalidade do administrador, como pretende fazer acreditar a decisão recorrida.

Em verdade, a própria remoção inicial do cônjuge da Recorrente para a cidade de Sousa/PB decorreu da aplicação de um direito subjetivo que lhe era legalmente assegurado, não tendo, pois, ocorrido por mera liberalidade do administrador, mas sim pela configuração das exigências legais, visando principalmente a manutenção de sua unidade familiar.

Ademais, mesmo que se considere que a remoção do cônjuge da parte Recorrente para a cidade de Sousa/PB tenha se dado para desconstituir uma situação precária anteriormente formada, conforme fundamentado na decisão recorrida, o que se menciona por eventualidade, sua remoção para João Pessoa/PB se deu em decorrência de reavaliação das necessidades da Administração Pública, ou seja, apenas como consequência do interesse desta.

Logo, em síntese, diversamente do preconizado na decisão recorrida, o fato de a remoção inicial do cônjuge da Recorrente para a cidade de Sousa/PB ter ocorrido a pedido do mesmo, não afasta a aplicação, na hipótese então encartada, do previsto no art. 36, parágrafo único, III, alínea "a", da Lei nº 8.112/90, em decorrência de posterior remoção dele, desta vez, unicamente por interesse da Administração Pública" (fls. 119/123e).

Por fim, requer "seja conhecido o presente recurso e, quando de seu julgamento, seja a ele conferido integral provimento, para que seja concedida a segurança pleiteada no presente mandamus, determinando-se, pois, a remoção da parte Recorrente para alguma das varas federais da Seção Judiciária de João Pessoa/PB" (fls. 123/124e).

Contrarrazões a fls. 143/147e.

Em seu parecer (fls. 157/160e), o Ministério Público Federal manifestou-se pelo não provimento do Recurso Ordinário, nos termos da ementa a seguir:

"Recurso em Mandado de Segurança. Pedido de remoção para acompanhar cônjuge. Desfazimento de lotação anteriormente deferida a título precário. Prevalência do interesse público. Inexistência de

Superior Tribunal de Justiça

direito líquido e certo. Parecer pelo conhecimento e desprovemento do Recurso Ordinário" (fl. 157e).

Com razão o Parquet Federal. A irresignação não merece prosperar.

Conforme se depreende da petição inicial do **mandamus**, o recorrente impetrou o presente remédio constitucional contra ato comissivo do Exmo. Senhor Desembargador Federal do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, que indeferiu requerimento administrativo no qual pleiteia a remoção para acompanhar cônjuge, para uma das varas federais da Seção Judiciária de João Pessoa, com amparo na previsão normativa contida no art. 36, parágrafo único, III, 'a', da Lei 8.112/90.

O Tribunal de origem denegou a segurança, sob os seguintes fundamentos:

"O deslinde do presente Mandado de Segurança reside em perquirir se o deslocamento do cônjuge da impetrante, de Sousa para João Pessoa, faz com que, à luz do disposto no artigo 36, parágrafo único, III, "a", da Lei 8.112/90, surja o direito subjetivo da impetrante à remoção para uma das varas federais de João Pessoa.

Numa primeira análise, vê-se até com certa facilidade a adequação do caso concreto ao modelo normativo, porquanto há documento registrando que o deslocamento do cônjuge da impetrante operou-se por decisão de seu superior e não a pedido.

Todavia, **há também nos autos demonstração de que o referido servidor estava lotado provisoriamente em Sousa/PB, apenas porque se fez prevalecer o seu interesse de acompanhar a impetrante, quando do início do exercício no cargo de Analista Judiciário na Subseção Judiciária daquele Município, parecendo certo considerar que a sua posterior remoção ex officio enquadra-se substancialmente no desfazimento da lotação deferida em caráter precário ou "até ulterior deliberação".**

Ademais, **não se logrou fazer emergir qualquer circunstância/peculiaridade que milite contra tal conclusão - i) o tempo da lotação provisória não foi longo o suficiente para "convalidá-la" em definitiva; ii) não restou sequer delineada a superveniência de situação concreta que impusesse o novo deslocamento -, de sorte que se deve mesmo considerar que a remoção do deslocamento cônjuge da impetrante não passou da reavaliação da conveniência da lotação provisória anteriormente deferida.**

Registre-se que não se está sequer suspeitando que o retorno do

Superior Tribunal de Justiça

cônjuge da impetrante para João Pessoa tenha se dado a pedido deste e com a "graciosa" aposição do rótulo de remoção ex officio. O que se defende aqui é que o interesse público que exigiu o desempenho de suas atividades em João Pessoa operou-se para desconstituir a situação precária que anteriormente se formou por liberalidade do administrador, já que é incontroverso que o mesmo não teria direito subjetivo à lotação em Sousa.

Assim, por todo o exposto, denego a segurança" (fl. 111e).

Inicialmente, impende registrar, que não se olvida a jurisprudência desta Corte Especial, cujo entendimento firmou-se no sentido de que a Lei 8.112/90, em seu artigo 36, parágrafo único, inciso III, alínea 'a', ao disciplinar a remoção a pedido do servidor para acompanhamento de cônjuge ou companheiro, independentemente da existência de vaga, exige obrigatoriamente o cumprimento de requisito específico, qual seja, que o cônjuge seja servidor público, removido no interesse da Administração, não se admitindo qualquer outra forma de alteração de domicílio (STJ, AgInt no AREsp 1.316.848/RS, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 02/09/2019).

A propósito:

"PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. REMOÇÃO DE CÔNJUGE A PEDIDO.

ACOMPANHAMENTO. ART. 36 DA LEI 8112/90. 1. Caso em que se discute se há ou não há direito subjetivo à remoção para acompanhar cônjuge removido a pedido. Interpretação do art. 36, III, "a", da Lei 8.112/90.

2. O acórdão embargado entendeu que a Administração Pública, ao oferecer vaga a ser ocupada por critério de remoção, revela que tal preenchimento atende ao interesse público. Havendo o cônjuge sido removido "no interesse da Administração", exsurgiria o direito subjetivo do outro cônjuge a ser removido para acompanhar o consorte, a teor do art. 36, III, "a", da Lei 8.112/90.

3. No entender do acórdão paradigma, o direito subjetivo à remoção para o acompanhamento de cônjuge só é amparado pelo art. 36, III, "a", da Lei 8.112/90 quando o cônjuge foi removido de ofício pela Administração Pública.

4. O art. 36 da Lei 8.112/90 trata de três hipóteses de remoção: de ofício, "no interesse da Administração" e mesmo que contra a vontade do servidor (inciso I); a pedido do servidor e "a critério da Administração" (inciso II) e a pedido do servidor "independentemente do interesse da Administração" (inciso III) nas estritas hipóteses das

alíneas "a", "b" e "c".

5. A alínea "a" do inciso III do art. 36 da Lei 8.112/90, ao estabelecer que há direito a acompanhar cônjuge 'deslocado no interesse da Administração' remete ao 'interesse da Administração' segundo a expressão do inciso I (remoção de ofício), a qual não foi repetida pelo inciso II (remoção a pedido), que se utilizou da expressão 'a critério da Administração' para tratar da hipótese em que se alia a vontade da Administração Pública à do servidor postulante da remoção.

6. A hipótese de remoção prevista no inciso II do art. 36 da Lei 8.112/90 é a via ordinária para a remoção do servidor público, na qual se procura atender tanto à eficiência da Administração Pública quanto os interesses privados (incluídos os familiares) do servidor, observada a impessoalidade entre os servidores postulantes da vaga.

As hipóteses de remoção previstas nos incisos I e III são excepcionais (a do inciso I porque privilegia o interesse público em detrimento da possibilidade de o servidor escolher se manter lotado onde está ou em destino de sua preferência e a do inciso III porque abre mão de se perseguir a eficiência na Administração Pública) e devem ser interpretadas restritivamente.

7. A redação original do parágrafo único do art. 36 da Lei 8.112/90 permitia a remoção para o fim de acompanhamento de cônjuge independentemente da existência de vaga, sem o estabelecimento expreso de restrições. É evidente a intenção do legislador em restringir tal possibilidade com a redação que foi dada pela Lei 9.527/97 ao atual art. 36, III, "a", da Lei 8.112/90.

8. Embargos de divergência providos" (STJ, EREsp 1.247.360/RJ, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe de 29/11/2017).

Não obstante, o caso posto sob análise apresenta peculiaridades, conforme passo a analisar.

Como já delineado, a pretensão da impetrante se sustenta no argumento de que o deslocamento **ex officio** de seu cônjuge, agente de segurança penitenciário do Estado da Paraíba, de Sousa/PB (Colônia Penal Agrícola do Sertão) para João Pessoa/PB (Penitenciária Desembargador Flósculo da Nóbrega), autorizaria sua remoção para algumas das varas federais da Seção Judiciária da Paraíba (João Pessoa), nos termos do art. 36, parágrafo único, inciso III, alínea "a" da Lei 8.112/90 e nos arts. 226 e 227 da Constituição Federal, pois estaria de acordo com o princípio da proteção à família.

Ocorre que a lotação inicial do cônjuge da impetrante deu-se na Penitenciária Desembargador Flósculo da Nóbrega, na capital paraibana, tendo sido removido, a pedido,

Superior Tribunal de Justiça

para a cidade de Souza, em virtude do exercício da impetrante no cargo de Analista Judiciário do TRF da 5ª Região, na Subseção Judiciária da mesma cidade.

Outrossim, consoante os documentos acostados aos autos, verifica-se que a Portaria 80/GS/SEAP/14 designou o servidor Tiago Tadeu Bandeira Seixas para prestar serviço na Colônia Penal Agrícola do Sertão - Sousa, até ulterior deliberação, o que revela o caráter precário da remoção pleiteada. Logo, não há como vislumbrar o direito líquido e certo da impetrante à remoção para acompanhar cônjuge, nos termos disciplinados na Lei 8.112/90, e, ainda, consoante o entendimento predominante do STJ, porquanto o retorno do cônjuge para João Pessoa consubstanciou a reconsideração de lotação anteriormente deferida em caráter provisório.

Nesse contexto, irretocável a conclusão exposta pelo acórdão impugnado, no sentido de que "O que se defende aqui é que o interesse público que exigiu o desempenho de suas atividades em João Pessoa operou-se para desconstituir a situação precária que anteriormente se formou por liberalidade do administrador" (fl. 106e).

Desse modo, ausente ilegalidade ou abuso de poder no ato acoimado de coator, não há que se falar em direito líquido e certo a amparar a pretensão autoral, o acórdão recorrido não merece reparos.

Ante o exposto, com fundamento no art. 34, XVIII, **b**, do RISTJ, **nego provimento** ao presente Recurso Ordinário.

I.

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUETE MAGALHÃES
Relatora